

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 15º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia autorizou, em 08 de novembro de 2022, a emissão das presentes informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022.

As presentes informações contábeis intermediárias foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2022.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/2021 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal

1.2.1. Concessão Complexo Anhembi

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

A São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência nº

001/20” e adjudicado o objeto à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de Outorga fixa, o valor de pagamento de R\$ 53.740 mil, tendo sido autorizada a contratação para uso do “Complexo Anhembi” para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interveniente-Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021, com previsão de início da execução para o dia 11 de dezembro de 2021.

A partir do dia 05 de janeiro de 2022 o controle do equipamento passou a ser exercido pela empresa vencedora da concorrência, e passaram a ser reconhecidos os efeitos contábeis relevantes decorrentes da Concessão.

Os bens vinculados a Concessão são reversíveis para a **SPTuris** ao final do contrato sem direito a indenização.

Os autos processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

1.2.2. Enxugamento do Quadro de Pessoal

A força de trabalho da Companhia reduziu como parte das ações decorrentes da concessão e reestruturação administrativa. O quadro de funcionários comparativo em 30/09/2022 e 31/12/2021 estava constituído conforme abaixo:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Com vínculo	156	268
Carreira	107	220
Livre provimento	49	48

1.2.3. Cancelamento de registro de companhia aberta

Em 26 de julho de 2021 foi publicado Fato Relevante informando ao mercado e aos seus acionistas acerca do recebimento do Ofício GABSF nº 240/2021, que comunicou a existência de estudos do acionista controlador para possível realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”), visando o cancelamento de registro de companhia aberta. Neste momento, a decisão de realização da referida OPA ainda não está tomada no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), sendo prevista a contratação futura de assessores financeiros pela PMSP, em linha com o exigido pela Resolução CVM nº 85, de 31/03/2022, que entrou em vigor em 2 de maio de 2022, para fins de auxílio na tomada de decisão final e eventual implementação da OPA, se for o caso.

1.3. Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 apresentaram passivo a descoberto de R\$ 80.875 (R\$70.711 em 31 de dezembro de 2021). Apesar da retomada de eventos e realização da receita diferida referente à Outorga Fixa e Variável da concessão do Complexo Anhembi, o prejuízo do terceiro trimestre foi de R\$ 14.310 (R\$5.379 de prejuízo no terceiro trimestre de 2021). O aumento do prejuízo no terceiro trimestre de 2022 em relação ao terceiro trimestre de 2021 decorre principalmente da redução da margem em R\$ 25.693, compensada pela redução das despesas administrativas em R\$ 15.129. Com relação à margem de contribuição, as receitas de eventos aumentaram em R\$ 24.243, mas as subvenções reduziram em R\$ 32.770. As receitas aumentaram pelo retorno das atividades da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Esportes e Lazer, com os eventos “Marcha para Jesus” e “Virada ODS”, relacionada a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, festas de bairros e festas juninas, entre outras. Por outro lado, reduziram-se as atividades da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e da Secretaria de Saúde, com a diminuição das ações contra a disseminação da Covid 19, da infraestrutura de isolamento de parques, de vacinação e estações de higiene pessoal para a população em situação de vulnerabilidade na região central da cidade.

A redução da margem de contribuição foi compensada pela redução das despesas administrativas. Com a Concessão do Complexo Anhembi e a instituição do plano de demissão voluntária, houve a redução do quadro de colaboradores. Também houve a redução dos gastos com a infraestrutura, e ainda o incremento da receita da outorga.

A redução das medidas de isolamento e o fim das atividades no Complexo também veio acompanhada da redução dos aportes a título de subvenções.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto à continuidade normal das suas atividades, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de paralisação.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, deve ser considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 30 de setembro de 2022 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis, em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/22 emitido pela CVM.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações contábeis intermediárias e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Moeda funcional – As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste período, findo em 30 de setembro de 2022, bem como durante o exercício de 2021 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas informações contábeis intermediárias pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos pelo custo de aquisição para as demais contas. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”: O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros. Os gastos com registros de marcas próprias são reconhecidos diretamente em despesas. Os direitos de uso de software estão totalmente amortizados em 30/09/2022.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.
- São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:
- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento.

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros e que farão parte de encontro de contas contra a parcela variável a ser recebida da GL. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamentos – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente

dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato.

Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados.

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

p) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

q) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 30 de setembro de 2022, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
Bens numerário	-	30
Bancos conta movimento	128	1.951
Aplicações financeiras	3.114	20.919
	3.242	22.900

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão para crédito de liquidação duvidosa, aos seus valores prováveis de realização. São compostas por:

	30/09/2022	31/12/2021
Clientes no País	3.156	39.400
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	15.985	13.431
Serviços / Locações a faturar (PMSP)	20.572	5.880
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.940)	(4.445)
	34.773	54.266

(a) R\$35.827 do saldo em 31/12/2021 referiam-se a valores da outorga fixa do contrato de concessão do Complexo Anhembi, totalmente recebidos.

A idade do contas a receber de clientes está demonstrada como segue:

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer:	29.095	42.506
Vencidos até 30 dias:	-	2.818
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	460
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	2	2.671
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	1.200	5.717
Vencidos há mais de 180 dias:	9.416	4.539
Total:	39.713	58.711

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	4.445	3.626
Aumento da provisão	504	4.975
Reversão de provisão	(9)	(4.156)
Saldos no final do período	4.940	4.445

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A Administração da Companhia considera que a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para eventuais perdas.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ a compensar (a)	9.877	8.200
CSLL a compensar	1.792	1.285
INSS a compensar (b)	6.156	6.257
COFINS a compensar	440	382
PIS a compensar	98	83
	18.363	16.207

(a) IRPJ a compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2021 e terceiro trimestre de 2022.

(b) O INSS a compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	30/09/2022	31/12/2021
Outorga variável Concessão	(a) 7.500	-
Adiantamentos de férias, 13º e outros adiantamentos a empregados	855	185
Adiantamentos a fornecedores	(b) 5.031	-
	13.386	185

(a) A outorga variável, 12,5% da receita da concessionária, deve ser aferida a partir das demonstrações financeiras auditadas da Concessionária, com valor mínimo de R\$ 10.000 anuais. O valor de R\$ 7.500 corresponde à apropriação de 01/01/2022 a 30/09/2022.

(b) Valores referentes a adiantamentos às escolas de samba para o evento Carnaval 2022.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2021	Transferências do imobilizado - Concessão	Depreciação	Líquido 30/09/2022
Terrenos	-	121.122	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	81.333	(3.370)	77.963
Túnel de serviços	-	1.577	(134)	1.443
Estacionamento	-	5.446	(314)	5.132
Ruas, praças e jardins	-	1.138	(92)	1.046
Instalações	--	2.333	(511)	1.822
Total de Investimentos – Propriedades para investimentos	-	212.949	(4.421)	208.528

Com o início do contrato de concessão do Complexo Anhembi, a natureza da infraestrutura se modificou, de uso próprio, para cessão de controle por meio do direito de uso da concessionária, saindo do escopo do CPC 27 – Ativo imobilizado para o CPC 28 – Propriedade para investimento, uma vez que o ativo não é mais mantido para o uso próprio, passando a gerar fluxos de caixa independentes dos demais ativos da Companhia.

10. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 30/09/2022	Líquido 31/12/2021
Terrenos	-	-	-	-	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-	81.333
Túnel de serviços	-	-	-	-	-	1.577
Estacionamento	-	-	-	-	-	5.446
Ruas, praças e jardins	-	-	-	-	-	1.138
Instalações	-	-	-	-	-	2.332
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.985	(6.480)	(39)	466	568
Veículos	20%	1.215	(1.215)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	4.347	(4.282)	(16)	49	68
Outros ativos fixos	20% e 10%	401	(378)	(1)	22	24
Total imobilizado		12.948	(12.355)	(56)	537	213.608

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2021	Baixas	Depreciação	Transferência para Investimentos - Concessão	Líquido 30/09/2022
Terrenos	121.122	-	-	(121.122)	-
Edifícios e Benfeitorias	81.333	-	-	(81.333)	-
Túnel de Serviços	1.577	-	-	(1.577)	-
Estacionamento	5.446	-	-	(5.446)	-
Ruas Praças e Jardins	1.138	-	-	(1.138)	-
Instalações	2.333	-	-	(2.333)	-
Máquinas e equipamentos	567	(3)	(98)	-	466
Moveis e Utensílios	68	-	(19)	-	49
Outros ativos fixos	24	-	(2)	-	22
Total Imobilizado	213.608	(3)	(119)	(212.949)	537

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2021, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente em 2020 e atualizado internamente em 2021, os referidos itens selecionados foram considerados no estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens.

Conforme cláusula 5.1. do Contrato de Concessão do Complexo Anhembi GCO/CCN 014/2021, seu objeto é a concessão onerosa do uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração. Na cláusula 1.1., letra i), na definição de "Complexo Anhembi", temos que a área concedida são as quadras 283 e 284 do setor 073 do cadastro fiscal imobiliário do Município de São Paulo e nº 194.403 do 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, compreendendo os bens, equipamentos e toda infraestrutura, especificada no Anexo III do Edital – Memorial Descritivo, que inclui o Palácio das Convenções, o Pavilhão de Exposições e Sambódromo. As rubricas contábeis que compreendem estas áreas foram transferidas para propriedades para investimentos.

11. INTANGÍVEL

Intangível	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/09/2022	Líquido 31/12/2021
Programas e sistemas	20%	2.265	(2.265)	-	104
Arrendamento do imóvel da sede	20%	4.263	(299)	3.964	-
Total intangível		6.528	(2.564)	3.964	104

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Intangível	Líquido 31/12/2021	Adições	Amortização	Líquido 30/09/2022
Programas e Sistemas	104	-	(104)	-
Arrendamentos	-	4.263	(299)	3.964
Total Intangível	104	4.263	(403)	3.964

12. FORNECEDORES

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	14.812	17.703
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 1.873	1.345
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) -	744
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 45	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 50	-
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 3.318	3.510
Total	20.098	23.302

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/09/2022	31/12/2021
Salários e rescisões	14	12.644
INSS empresa	2.249	4.087
INSS retido	180	471
Férias e encargos	3.515	4.660
13º salário	1.603	-
IRRF	622	1.003
FGTS	224	875
Consignações	28	62
Dissídio e encargos salariais	177	9.021
	8.612	32.823

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		30/09/2022	31/12/2021
Circulante			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/2021)		16.346	14.081
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	11.803	11.378
IRPJ, CSLL e PIS		630	-
Impostos retidos		365	692
		29.144	26.151
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	113.796	112.519
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		4.702	4.921
		118.498	117.440
Total circulante e não circulante		147.642	143.591

- (a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 66.912 referente a 152 parcelas em 30/09/2022.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 58.687 em 30/09/2022, referente a 108 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 30 de setembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2023	11.803
2024	11.803
2025	11.803
2026	11.803
2027	11.803
2028 em diante	54.781
Total	113.796

15. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

Reconhecimento inicial do direito de uso	30/09/2022
5 anos de aluguel	5.957
Ajuste a valor presente	(1.694)
Valor do direito de uso	4.263
Amortização	(299)
Saldo em 30/09/2022	3.964
Obrigação assumida	30/09/2022
Valor do direito de uso	4.263
Amortização	(212)
	4.051
Circulante	702
Não circulante	3.349

16. EVENTOS A REALIZAR

	30/09/2022	31/12/2021
Carnaval 2022	-	32
	-	32

Referem-se a verbas recebidas da Prefeitura do Município de São Paulo para pagamentos referentes às entidades do samba do Carnaval 2022.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

		<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Pavilhão de Exposições	(a)	5.780	5.780
Palácio das Convenções	(a)	4.749	4.740
Auditório Elis Regina	(a)	386	386
Polo Cultural	(a)	1.332	1.638
Concessão Anhembi diferida	(b)	1.791	1.791
Adiantamentos de clientes		62	64
		14.100	14.399
Não circulante			
Concessão Anhembi diferida	(b)	50.307	51.650
Total de adiantamentos de clientes		64.407	66.049

- (a) Referem-se a valores recebidos de clientes como adiantamentos de eventos a serem realizados no Complexo Anhembi, que estão sendo analisados para sub-rogações à Concessionária.
- (b) Referem-se aos valores fixos do preço da Concessão, recebidos e a receber em 12 parcelas mensais, diferidos pelos 30 anos do prazo da concessão (outorga fixa).

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	62.092	59.000
Trabalhistas	7.706	7.855
Provisão para dissídios e encargos	23.867	17.004
Total	93.665	83.859

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 57.970 (R\$ 53.293 em 31 dezembro de 2021), trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTRANS transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais. Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	30/09/2022	31/12/2021
2016/2017	-	246
2017/2018	5.571	4.537
2018/2019	8.676	6.680
2019/2020	4.036	3.243
2020/2021	4.732	2.298
2021/2022	852	-
	23.867	17.004

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do período 31/12/2021	59.000	7.855	17.004
Atualização dissídio e encargos	-	-	6.257
Novos processos	-	5.548	852
Processos baixados	(2.178)	(4.414)	(246)
Alterações nos processos existentes	5.270	(1.283)	-
Saldos no final do período 30/09/2022	62.092	7.706	23.867

(b) Passivos contingentes não provisionados (perdas possíveis)

Tipo de Ação	30/09/2022	31/12/2021
Ações Cíveis	17.110	2.012
Trabalhistas	10.007	2.073
	27.117	4.085

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$2.476 (R\$ 4.657 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados.

19. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	840	840
Não circulante	10.719	11.349
Total de subvenções governamentais	11.559	12.189

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. O saldo contábil será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 30/09/2022
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 30/09/2022	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.661 acionistas em 30/09/2022. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2021	120.369	(4.921)	115.448
Realização da reserva de reavaliação	(911)	-	(911)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	219	219
Saldo em 30/09/2022	119.458	(4.702)	114.756

21. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita bruta				
Eventos	38.828	117.823	14.585	45.508
Pavilhão	-	231	-	55
Palácio	2	7	6	35
Polo Cultural	-	323	104	293
Outras Locações	(254)	220	330	995
Estacionamento	-	25	32	52
Telecom	-	2	27	37
Concessão Parque Anhembi	2.948	8.843	-	-
Autódromo de Interlagos	-	118	73	244
Total da receita bruta	41.524	127.592	15.157	47.219
Deduções da Receita Bruta				
Impostos				
(-) ISS	(17)	(19)	(2)	(3)
(-) COFINS	(5.067)	(10.931)	(1.398)	(5.082)
(-) PIS	(955)	(2.227)	(181)	(981)
Total de impostos	(6.039)	(13.177)	(1.581)	(6.066)
Outras deduções da receita	(49)	(784)	(131)	(1.058)
Total de deduções	(6.088)	(13.961)	(1.712)	(7.124)
Receita líquida	35.436	113.631	13.445	40.095
Subvenções	1.995	33.185	34.766	72.142
Receita líquida, incluindo subvenções	37.431	146.816	48.211	112.237

- (a) As subvenções, tendo em vista o seu caráter genérico para suprimento do caixa para as operações da Companhia, foram consideradas como receitas de prestação de serviços, embora não sejam passíveis de identificá-las diretamente a quaisquer serviços prestados.

22. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

22.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custo dos Serviços Prestados	35.204	90.977	16.999	60.925
Equipamentos	-	20	29	243
IPTU	-	-	2.531	11.772
Utilidades e Serviços	-	827	1.029	3.073
Mão de Obra Direta	2.871	10.713	2.526	7.339
Depreciação	1.100	3.313	1.147	3.457
	39.175	105.850	24.261	86.809

22.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Remunerações, encargos (a) sociais e benefícios	9.787	31.912	10.700	31.066
Utilidades e serviços	110	281	65	368
Honorários	207	615	180	594
Manutenções e locações	396	1.989	274	1.650
Despesas gerais	1.444	7.222	2.831	8.759
Propaganda e publicidade	-	105	117	268
Tributos, taxas e contribuições	30	195	281	710
Depreciações e amortizações	290	600	170	496
Provisões e reversões de provisões	(2.366)	1.312	10.409	20.131
	9.898	44.231	25.027	64.042

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da Companhia.

- (a) O quadro de funcionários contava com 107 colaboradores de carreira em setembro de 2022 (220 em dezembro de 2021), e 49 de livre provimento em setembro de 2022, (48 em dezembro de 2021).

Em 2022, em relação a dezembro de 2021, a força de trabalho reduziu-se em 42%, como parte das ações decorrentes da concessão do Complexo Anhembi. As remunerações, encargos e benefícios aumentaram em 3% em razão do reajuste atrasado dos salários referente ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Perdas com contas a receber				
Variações monetárias e juros passivos	(4.544)	(12.491)	(3.935)	(13.195)
Receitas de aplicações financeiras	321	1.158	8	156
Multas	(355)	(604)	(659)	(1.910)
Receita diferida realizada (a)	793	5.100	314	986
Outras despesas e receitas financeiras	(188)	(310)	(22)	(22)
	(3.973)	(7.147)	(4.294)	(13.985)

(a) Na receita diferida realizada foram considerados em 03/2022 ajustes de Cofins e Pis sobre a receita diferida da outorga fixa da concessão, no montante de R\$ 3.277. Também compreende a realização da receita diferida dos benefícios obtidos no parcelamento incentivado de tributos municipais PPI.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;
- setor privado, em que, até 2021, era explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para os trimestres encerrados em 30/09/2022 e 30/09/2021.

Trimestre encerrado em 30/09/2022

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

	Público	Privado	Total
Receita líquida	35.158	278	35.436
Custos dos serviços prestados	(38.055)	(1.120)	(39.175)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(2.897)	(842)	(3.739)
Subvenções municipais	1.995	-	1.995
Lucro bruto (após subvenções)	(902)	(842)	(1.744)
Despesas administrativas			(9.898)
Outras receitas (despesas) operacionais			1.056
Resultado financeiro			(3.973)
IRPJ e CSLL			249
Prejuízo líquido			(14.310)

Trimestre encerrado em 30/09/2021

	Público	Privado	Total
Receita líquida	13.066	379	13.445
Custos dos serviços prestados	(18.947)	(5.314)	(24.261)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(5.881)	(4.935)	(10.816)
Subvenções municipais	34.766	-	34.766
Lucro bruto (após subvenções)	28.885	(4.935)	23.950
Despesas administrativas			(25.027)
Outras despesas operacionais			(8)
Resultado financeiro			(4.294)
Prejuízo líquido			(5.379)

25. LUCRO/ (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/04/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/04/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Numerador				
Lucro (prejuízo) no período atribuível às ações ordinárias em circulação	(279)	(202)	(105)	(1.012)
Denominador (em milhares de ações) básico				
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554	166.554	166.554
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no período	(1,67)	(1,22)	(0,63)	(6,07)

26. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		30/09/2022	31/12/2021
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (danos máximos prováveis)	Riscos diversos	16.754	140.600
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	128	-	128
Aplicações financeiras	-	3.114	3.114
Contas a receber e clientes	34.773	-	34.773
Impostos a recuperar	18.363	-	18.363
Outras contas a receber	13.386	-	13.386
	66.650	3.114	69.764
Passivos			
Arrendamentos	4.051		4.051
Fornecedores	20.098	-	20.098

Obrigações trabalhistas	8.612	-	8.612
Obrigações tributárias	147.642	-	147.642
Empresas municipais	949	-	949
	181.352	-	181.352

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

28. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 30/09/2022, 99% da receita total do trimestre, comparados a 97% no mesmo período em 2021.

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	15.985	13.431
	15.985	13.431
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	-	32
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	11.803	11.378
SPTRANS	367	354
	12.170	11.764
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	113.796	112.519
SPTRANS	665	826
	114.461	113.345
	01/07/2022	01/07/2021
	a	a
	30/09/2022	30/09/2021
Receita de eventos	38.828	14.585
Deduções da receita	(3.670)	(1.519)
Receita líquida	35.158	13.066
Custos variáveis e fixos	(38.055)	(18.947)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(2.897)	(5.881)

Subvenções municipais
Lucro bruto (após subvenções)

1.995
(902)

34.766
28.885

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS		(431)
001/2021 – SEME -SEL		2.250
002/2021 – SEME – SEL		34
002/2021 – SMRI	499	382
003/2021 – SMUL	(1.274)	263
007/2021 – SIURB (SKATE)		(7)
007/2021 – SMC – G – EVENTOS DIVERSOS		1.977
007/2021 – SMUL ENQUETE PLANO DIRETOR		130
008/2021 - SGM EVENTOS DIVERSOS	336	195
014/2021 – SVMA		5.516
020/2021 – SUB SÉ		202
024/2021 - SMS - EVENTOS DIVERSOS		4.074
001/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	9.877	
003/2022 – SEME-SEL-EVENTOS DIVERSOS 2022	7.998	
003/2022 – SMUL - REUNIÕES DO PLANO DIRETOR	821	
004/2022 – SMRI – VIRADA ODS – 2022	4.969	
005/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	7.075	
009/2022 – SMPED – EVENTOS DIVERSOS	327	
010/2022 – SGM – EVENTOS DIVERSOS	742	
012/2022 – SMC – G- - VIRADA CULTURAL 2022	3.430	
028/2022 – SEME – EVENTOS DIVERSOS	2.943	
036/2022 – SMADS – OP BAIXAS TEMP	1.085	
TOTAL	38.828	14.585

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo para eventos direcionados às ações em apoio à saúde da população. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia no terceiro trimestre de 2022 foi de R\$ 707, e no mesmo período do ano de 2021 foi de R\$ 587. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 08 de novembro de 2022, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.